

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 1

Período: 6 a 9 jan. 2026



Portaria n. 1/GP.CR, de 8 de janeiro de 2026

Dispõe sobre a exclusão de Gabinete do Plano de Auxílio Extraordinário e Emergencial para Gabinetes com Acervo Elevado de Processos para o ano de 2026 - Plano Acervo 2026 e altera a Portaria n. 28/GP. CR, de 18 de dezembro de 2025, na forma que especifica.

Portaria n. 2/DGA, de 5 de janeiro de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Resolução Administrativa n. 1, de 6 de janeiro de 2026

Altera a Resolução Administrativa n. 4, de 15 de outubro de 2025, que regulamenta o procedimento de reafirmação de jurisprudência para conversão de verbetes jurisprudenciais e temas jurídicos dominantes em Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 12/DGA.SGP, de 2 de janeiro de 2026

Apostila a Portaria n. 1.092/DGA.SGP, de 24 de dezembro de 2025, que transforma, sem aumento de despesa, 8 (oito) Cargos em Comissão de Assessor-Chefe, CJ-03, decorrente do saldo remanescente da diferença entre valores integrais dos cargos em comissão (CJ) e dos valores da opção do servidor pela retribuição dos cargos efetivos.

Órgãos de interesse

Poder Legislativo

Lei n. 15.326, de 6 de janeiro de 2026

Altera a Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei n. 9.394, de 20 de

Lei n. 15.325, de 6 de janeiro de 2026

Dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia.

Lei n. 15.334, de 8 de janeiro de 2026

Institui o Dia Nacional de

Luto e de Memória às

CNJ

Portaria n. 471/CNJ, de 18 de dezembro de 2025

Institui o Regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade para os anos de 2026 e 2027.

Ministério da Gestão e da

dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.	Mulheres Vítimas de Feminicídio.	Inovação em Serviços Públicos
Lei n. 15.327, de 6 de janeiro de 2026 Veda descontos relativos a mensalidades associativas nos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); estabelece busca ativa a beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos e prevê o seu resarcimento; e altera o Decreto-Lei n. 3.240, de 8 de maio de 1941, para disciplinar o sequestro de bens por crimes que envolvam descontos indevidos nos benefícios do INSS, a Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar a proteção de dados pessoais, e as Leis n.s 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 12.213, de 20 de janeiro de 2010.	Lei n. 15.335, de 8 de janeiro de 2026 Altera a Lei n. 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista.	Portaria Conjunta n. 155/SGP.MGI. SRT. MGI. SOF.MPO, de 7 de janeiro de 2026 Estabelece regras para o pagamento de despesas de exercícios anteriores relativas a pessoal, decorrente de decisão administrativa ou judicial, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec.
	Lei Complementar n. 225, de 8 de janeiro de 2026 Institui o Código de Defesa do Contribuinte.	
	Advocacia-Geral da União	Presidência da República
	Portaria n. 721/AGU, de 30 de dezembro de 2025 Cancela a Súmula n. 39/AGU, de 16 de setembro de 2008, que dispõe sobre honorários advocatícios nas execuções, não embargadas, contra a Fazenda Pública, de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.	Instrução Normativa n. 9/GSI.PR, de 8 de janeiro de 2026 Altera a Instrução Normativa n. 1, de 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental

